

ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

## **SUMÁRIO**

### **Breves Comunicações**

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Reporta-se aos problemas da Saúde e da Segurança pública.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Tece considerações a respeito do piso mínimo catarinense e da alimentação escolar.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Questiona o Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Defende os trabalhadores da Educação.

### **Partidos Políticos**

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se à empresa TAC Motors, instalada em Joinville.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Reporta-se à ida para o Ceará da TAC Motors.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Aborda a divisão dos recursos federais para apoiar os estados no combate à criminalidade.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Discute o projeto de lei que fixa o novo piso salarial de Santa Catarina.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reporta-se à transferência da TAC Motors para o Ceará.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Manifesta solidariedade à funcionária Derlei De Luca, que sofreu um assalto na cidade de Criciúma; registra o lançamento do livro sobre Santa Catarina, *Estudos de Geografia Econômica e Social*; registra o aniversário dos 80 anos do voto feminino.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Tece considerações a respeito da Festa do Quilômetro de Arrancada de Caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passamos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada.

Sr. presidente e srs. deputados, faço aqui um cumprimento especial às pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, e um cumprimento também muito carinhoso aos trabalhadores da CUT - Central Única dos Trabalhadores -, da Fecesc, da UGT e da Nova

Central, que se encontram nas galerias desta Assembleia Legislativa para acompanhar hoje a votação do projeto de lei complementar que institui, no âmbito do estado de Santa Catarina, o piso salarial.

Sejam muito bem-vindos!

Ficamos muito felizes com a presença de todos vocês. Tenho certeza de que esse projeto passará por unanimidade.

Quero também fazer uma saudação aos vereadores Paulo Roberto Weiss, Amarildo Francisco Fronza, Carlos Fronza, Valcir Ferrari, todos do município de Rodeio, que se encontram nas galerias desta Casa acompanhando esta sessão ordinária.

Sr. presidente e srs. parlamentares, primeiramente gostaria de ressaltar que o Tribunal Superior do Trabalho negou o pedido do governo do estado de Santa Catarina de anular a decisão da Ação Civil Pública n. 5.772/05, que proíbe o estado de Santa Catarina de realizar contratos, deputado Ismael dos Santos, com as organizações sociais.

Essa decisão já estava transitada em julgado desde 2007, mas o estado conseguiu recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho, mais uma vez sem sucesso. Isso quer dizer que o plano do governo do estado de passar os 11 hospitais públicos do estado para as Organizações Sociais (OSs) vai agora esbarrar numa decisão jurídica.

Faço esse registro por considerar o tema de fundamental importância para a população de Santa Catarina. Felizmente, mais uma vez, o projeto de privatização ou de concessão do Sistema Único de Saúde - SUS -, planejado pelo governo de Santa Catarina, por ora, está inviabilizado devido à decisão judicial do Tribunal Superior do Trabalho.

O governo do estado precisa com urgência mudar os rumos das políticas de saúde em Santa Catarina. O estado tem que começar a agir como responsável pelo Sistema Único de Saúde, que é da sua competência. Chega de uma vez por todas de sucatear os hospitais. Nós precisamos de uma vez por todas de investimentos, tanto físicos quanto humanos para atender à população.

Santa Catarina tem capacidade de buscar mecanismos que garantam à população um atendimento digno no Sistema Único de Saúde. Não podemos mais conviver com notícias que nos revoltam, que são, infelizmente, rotineiras e causam profunda dor ao povo. É o caso, por exemplo, desse garoto que dias atrás saiu na imprensa. Estava estampado num jornal de circulação estadual Lucas pedindo pelo direito de brincar.

Lucas tem sete anos e desde o seu nascimento está esperando uma cirurgia ortopédica para que possa ter o direito de ir e vir, o direito de andar. Há sete anos ele está esperando essa cirurgia ortopédica.

Lucas nasceu com uma deficiência nos pés. Há sete anos a mãe está recorrendo, através da Secretaria do Estado da Saúde, e até o momento não houve uma resposta.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, conforme foi dito pela mãe de Lucas, o hospital Joana de Gusmão passa por dificuldades no quadro de ortopedia. Faz sete anos e ainda não conseguiram resolver o problema da ortopedia do Hospital Infantil Joana de Gusmão. Esse menino está esperando há sete anos para poder andar.

Esse foi um caso relatado nos jornais de circulação do estado de Santa Catarina. Mas conhecemos inúmeros e milhares de casos de pessoas que não conseguem o atendimento adequado na saúde. É o cúmulo da incompetência, do desrespeito ao cidadão.

Srs. parlamentares, não podemos mais conviver silenciosamente com esses constantes casos de omissão na questão da saúde. É preciso que o estado desista dos projetos de sucateamento do SUS, que visa à terceirização da saúde, tratando o tema com mais responsabilidade. Lucas e milhares de catarinenses merecem respostas rápidas que lhes garantam o direito a uma saúde pública de qualidade.

Outro drama vivido pela nossa comunidade, além da questão da saúde - e estou vendo aqui a Salete que é uma defensora na área da segurança da minha cidade, Blumenau -, é a segurança pública.

Hoje, a cidade vive num estado de insegurança. Até recebi a reclamação do morador de um bairro, que pede para colocarem o exército na rua tanto é o descaso que o governo tem para com a segurança pública local. A minha mãe que mora no bairro Garcia, viúva, sozinha, já teve sua casa assaltada.

As mulheres são assaltadas, violentadas na rua em plena luz do dia. Um presidente de uma associação de moradores pediu para que o Exército interceda na segurança em Blumenau. É lamentável que estejamos vivenciando esse problema. Segundo o relato de moradores, homens e principalmente mulheres são assaltados e agredidos todos os dias no bairro Badenfurt. A sociedade liga, solicita, reivindica, mas infelizmente não é atendida. Isso acontece todos os dias. O desespero é tanto que querem a Guarda Nacional em Blumenau. É impossível, e dizer que não há um efetivo que garanta a segurança na cidade! O governo do estado tem a obrigação constitucional de garantir a segurança da população catarinense.

Apresentei um pedido de informação, e estou esperando a resposta, solicitando informações verdadeiras, com as datas e os números das ações previstas pelo governo do estado na resolução desse grave problema de insegurança em Blumenau, e tenho certeza de que a situação é igual em todos os lugares deste estado. Eu tenho convicção de que isso acontece também no vale do Itajaí e em todo o estado de Santa Catarina.

Então, sr. governador, está na hora de tratar os cidadãos catarinenses como mencionou em sua campanha eleitoral: "O cidadão em primeiro lugar".

Em primeiro lugar, é preciso atender ao Lucas que está esperando uma cirurgia ortopédica no hospital Joana de Gusmão. Em primeiro lugar, é preciso resolver a questão de segurança pública no estado de Santa Catarina, porque lamentavelmente todos os cidadãos estão vivendo em estado de insegurança. É preciso implantar o Piso Nacional do Magistério para os professores que fazem um trabalho exemplar na educação das crianças e adolescentes catarinenses.

Isso, para esta deputada, é tratar o cidadão em primeiro lugar. Estamos aguardando uma resposta urgente para esses problemas que estão afetando o estado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. Presidente sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital. Quero em especial saudar as pessoas que se fazem presentes nesta sessão.

Ainda vou usar a palavra no horário destinado ao partido para depois comentar um pouco sobre a nossa história de luta e neste momento falarei do piso mínimo catarinense. Mas quero trazer, primeiramente, dois assuntos rapidamente. Amanhã estará no oeste do estado o ministro Afonso Florence. E também vou falar da alimentação escolar e do piso salarial do Magistério.

Primeiramente, quero registrar a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, que vai estar amanhã em Abelardo Luz, discutindo o tema da estiagem, mais uma vez, com os prefeitos, as organizações, os movimentos sociais e trazendo uma notícia importante sobre a liberação de recursos e investimentos para Santa Catarina.

São 20 retroescavadeiras para os municípios da região do oeste, do Contestado, que estão em estado de emergência. Cada município está recebendo uma máquina retroescavadeira para contribuir no processo de garantia de fornecimento de água e abertura de fontes. E esses municípios que receberam uma ajuda através do PAC, do governo federal, são os seguintes: Abelardo Luz, Bom Jesus, Celso Ramos, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuação, Jupiá, Lajeado Grande, Luzerna, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xavantina e Xaxim. Foram todos recursos do

ministério do Desenvolvimento Agrário, através de emendas orçamentárias dos parlamentares.

Mas nós e os prefeitos daqueles municípios, sr. presidente, nos reunimos com o ministro, há duas semanas, em Brasília, sendo acertada, então, a urgente liberação dessas máquinas, para contribuir com aquela situação dramática de emergência por que estão passando aqueles municípios. Inclusive, há poucos dias esteve em nosso estado o ministro da Pesca e Aquicultura, que liberou 36 máquinas giratórias para os referidos municípios que estão em estado de emergência.

Então, foi uma grande intervenção do governo federal, no sentido de contribuir para amenizar os impactos da estiagem no oeste.

A segunda questão, sr. presidente, que quero trazer no dia de hoje diz respeito à nossa ida, ontem, no final da tarde, à secretaria da Educação. Eu, juntamente com as entidades que tratam da questão da alimentação escolar, do fim da terceirização, cobro do futuro secretário da Educação Eduardo Deschamps a realização da nova reunião do grupo de trabalho que está tratando do fim da terceirização da alimentação escolar, pois este ano, deputado Jailson Lima, nenhuma reunião foi realizada, sendo que no ano passado foram realizadas quatro reuniões.

Mas foi uma reunião produtiva e o novo secretário nos garantiu que na próxima terça-feira esse grupo de trabalho fará uma reunião com a equipe nomeada por ele, para tratar desse processo que nos garantiu que até a metade do ano teríamos o encaminhamento de algumas Regionais, a fim de fornecer alimentação escolar com gestão pública, pondo fim à terceirização. Essa é uma necessidade, a partir, inclusive, da decisão da 4ª Região do Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, que decidiu e anulou o edital de terceirização da alimentação escolar do estado, no dia 17 de fevereiro. Uma ação popular que a nossa bancada moveu, que foi assinada na época pelo deputado Pedro Uczai.

Assim sendo, o Tribunal Regional Federal de Porto Alegre decidiu, por unanimidade, pela anulação do edital da terceirização da alimentação escolar em Santa Catarina.

Essa foi uma decisão muito importante para nós, catarinenses, para as crianças que estão nas escolas, no sentido de melhorar as condições da alimentação escolar; foi uma decisão importante também para a agricultura familiar do nosso estado, que vai ter a oportunidade de fornecer alimentação para as nossas escolas, no mínimo 30%, o que hoje o estado não está cumprindo. Além disso, é uma contribuição importante para o comércio local e regional fornecer essa alimentação, que hoje é fornecida por empresas de outros estados.

Então, essa reunião de ontem foi mais um passo importante e esperamos que esse processo do fim da terceirização se confirme com mais essa ação do Tribunal Regional Federal, 4ª Região de Porto Alegre, que anula o contrato de terceirização.

Era isso, sra. presidente, que gostaria de registrar, neste momento. Mas antes de encerrar o meu pronunciamento gostaria também de informar aos nobres deputados que voltarei daqui a pouco no horário reservado ao PT para comentar sobre o projeto de nossa autoria que virá ao plenário para ser votado, que diz respeito ao aumento do piso mínimo regional. E acertamos com as comissões a possibilidade de votarmos, hoje, o projeto da federalização da BR-280, no trecho de Canoinhas a Mafra, que é uma luta antiga daquela região federalizar esse trecho da referida rodovia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima, os companheiros do sindicato, o companheiro Francisco Alano, de grandes lutas do nosso estado.

Ontem, falei que apresentaria uma caixa-preta, então, estou aqui com ela. Neste lado, está o Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado, deputado Dirceu Dresch. E falei que abriria a caixa-preta. Nela, está escrito "Mistério Público". E nesse mistério, vamos ver por que esse Ministério entrou com um mandado de segurança impedindo-nos de obter informações sobre isso - que é um dos que tem autonomia no país -, porque aquilo ali não justifica do jeito que está.

O *Diário Catarinense*, no ano passado, mostrou que um procurador recebia R\$ 78 mil de salário por mês.

A nossa bancada fez pedidos através deste deputado e do deputado Dirceu Dresch. Isso aqui que tenho em mãos são requerimentos que fizemos, pedidos de informação ao Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado, e desde outubro do ano passado não obtivemos nenhuma resposta, deputado Dirceu Dresch.

Quero dizer aos deputados que, pela Constituição do Estado e pelo Regimento, eles teriam 30 dias para nos dar essas informações.

Vamos tirar mais um presentinho da caixa-preta. Aqui, são os salários que estouram o teto constitucional, deputado Ismael dos Santos!

O processo é para distribuir, deputada Angela Albino, entre 16 funcionários do Ministério Público do Tribunal de Contas, R\$ 8,5 milhões e meio que não se sabe de onde, quando, para quem e quanto para cada um.

Vamos para mais um sorteio aqui, companheiro Francisco Alano.

O despacho que há aqui com a liminar estão-nos impedindo de ter acesso às informações, à auditoria que foi feita no ano passado. Eu fui ao Tribunal de Contas do Estado, aprovamos no plenário o encaminhamento do requerimento que levei em mãos, sra. presidente, para que nos entregassem. Há um procurador que entrou com o pedido de direito do contraditório. No entanto, quando perdemos o direito do contraditório... Por incrível que pareça, há uma ação de mandado de segurança deles de 2004, deputado Dirceu Dresch!

Vamos ver se está aqui o nome do cidadão, porque o mandado de segurança está com a inicial e não podemos dizer o nome pelo que está ali. Eu não sei, porque se soubesse diria, sem o menor problema. Mas há aqui um mandado de segurança encaminhado por um deles. O nome do desembargador é Sérgio Roberto Baasch Luz. E desde 2004 eles entraram com um mandado para garantir o direito de receber mensal e integralmente, sem qualquer redução ou bloqueio de sua remuneração no exercício do cargo de Procurador do Ministério Público. Isso só pode existir por uma coisa: ou está acima do teto ou ele não é procurador, e nós temos que descobrir! Porque ele somente tem direito ao salário de procurador se for concursado, deputado Dirceu Dresch!

O que está na Constituição do estado?

O que é competência da Assembleia Legislativa? Fiscalizar, controlar diretamente os administrativos e daquela Casa desse mistério!

O que está na Constituição Federal no art. 37? Segundo o art. 37, a administração pública direta e indireta obedecerá a qualquer atividade federal, municipal, estadual, sob a legalidade, impessoalidade, imoralidade e publicidade dos atos.

No art. 5º, inciso 33, da Constituição Federal - quero avisar ao procurador que leia -, porque ele não sabe, está o seguinte:

(Passa a ler.)

"Todos têm direito a receber dos órgãos públicos as informações de seu interesse particular".

Se querem negar isso para um deputado ou para a Assembleia Legislativa, imaginem para o povo de Santa Catarina!

Ainda há mais. Eles gastam 96% em folha de pagamento, enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em 54%. A média salarial desse Ministério Público é de R\$ 16 mil, enquanto que em Brasília e no Supremo a média é de R\$ 14 mil, numa cidade onde é três vezes mais alto o custo de vida.

São 61 funcionários, 31 comissionados e o resto é transposição sem concurso. Eu estou fazendo essas intervenções porque num olhar somente dois procuradores fizeram concurso. Se a imprensa exige tanta transparência da Assembleia Legislativa, e temos que dar, parece-me que esses caras lá acham que são mais do que a Assembleia Legislativa. Estão desde o mês de outubro ignorando um pedido de informação desta Casa aprovado em plenário. Mas se acha que isso vai ficar em branco, sr. Márcio de Souza da Rosa, que é o procurador, está enganado!

Estou colocando isso ainda, deputado Dirceu Dresch, porque a partir do mês de maio, pelo projeto de lei que aprovamos nesta Casa, de transparência para todos os órgãos, eles terão que colocar tudo isso no portal.

Então, o mandado de segurança é para dar a eles o direito à contraposição, porque ninguém está impedindo, mas entraram com um mandado no ano de 2004 e até hoje não foi dada uma solução. Com relação ao teto, já temos, porque na Assembleia Legislativa alguns funcionários entraram com um mandado de segurança para não reduzir salário nos supersalários e todos vieram para o teto constitucional.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Jailson Lima, quero agradecer pelo aparte e dizer que quero me somar a essa luta. Nós fizemos um trabalho nesse sentido e não tenho dúvida, deputado Jailson Lima, de que temos que ir até o fim. De qualquer jeito, precisamos ter acesso à informação dessa caixa preta, que é um órgão auxiliar, inclusive desta Casa, isso que é mais cruel, digamos assim. Então, a Assembleia tem, acima de tudo, o direito de ter acesso a essas informações. Por isso estamos desde o mês de outubro nessa luta.

Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo por essa firmeza, pois é dinheiro público, dinheiro dos catarinenses, dinheiro do Tesouro que vai para o

Ministério Público do Tribunal de Contas. Assim sendo, temos todo o direito de obter informações sobre essa caixa preta, para a sociedade catarinense ficar sabendo de tudo.

Mais uma vez parabéns por essa luta, somando-me a esse compromisso de esclarecer essa situação.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - O mais importante, deputado Dirceu Dresch, é que não estamos aqui para brincar nem para fazer de conta. E esse órgão que tem 61 funcionários, nenhum concursado ou dois procuradores concursados, que sabemos que são figuras de boa índole, porque não são todos iguais, primeiramente terá que respeitar esta Casa, que é um dos três poderes do estado de Santa Catarina. Em segundo lugar, há aqui um projeto de lei, de autoria da nossa bancada, para acabar com esse mistério do Tribunal de Contas, que é essa caixa preta. Por falar nisso, até vou guardar esses documentos, porque pode ser que lá na frente, numa auditoria, eu esteja errado! E se estiver errado, terei a humildade de chegar aqui e pedir desculpas, dizer que ele estava certo no mandado de segurança, que não há nada, que o salário é pouquinho, as gratificações não existiram, os R\$ 78 mil da folha de pagamento são invenção, pois alguém numa gráfica botou.

Disseram que eles tinham um contrato sigiloso com esse Ministério para não passar informação. Desde quando é sigilosa uma informação de um órgão público para um órgão fiscalizador, como é o nosso papel na Assembleia?!

Por isso, nobres deputados e companheiros dos sindicatos que estão aqui, na hora que passarem na frente - não é todo Tribunal de Contas, diferenciem Tribunal do Ministério -, na hora que for Tribunal, as duas informações que pediram nos deram...

Lembrem que R\$ 16 mil é a média de salário daquela instituição, com apenas dois concursados.

Se eu estiver errado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputada Jailson Lima.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sra. presidente. É bom vê-lo presidindo esta sessão, especialmente neste mês que comemoramos os 80 anos do voto feminino. Portanto, a cada empoderamento feminino, é um empoderamento de todas nós. Mas parabênizo v.exa. por estar presidindo esta sessão, na tarde de hoje.

Cumprimento os trabalhadores e trabalhadoras que estão aguardando a votação do piso estadual, uma conquista, certamente, de todas as categorias, mas uma conquista sobremaneira das centrais sindicais que tiveram a capacidade de unificar esforços e juntas discutirem uma perspectiva positiva. Aliás, todas as grandes lutas do povo brasileiro somente aconteceram quando o povo trabalhador brasileiro conseguiu ter a compreensão de que é preciso estar junto para construir.

As forças que se opõem ao progresso do povo brasileiro são tão intensas que somente conseguimos avançar quando estamos juntos.

Eu voltei, hoje, de Brasília, e vi com grande alegria uma daquelas empresas que botam propaganda até no encosto do banco do avião dizendo que melhor do que ver o Brasil crescer é crescer junto com o Brasil.

Quem diria que depois de uma década de governo nucleado pelo Partido dos Trabalhadores, mas que conseguiu arregimentar todo o campo progressista do Brasil, e certamente marcou conquistas para a classe trabalhadora no campo de direitos humanos, especialmente no campo de desenvolvimento econômico; quem diria que depois de dez anos, tendo um trabalhador à frente do país e depois uma mulher, poderíamos ver até as empresas com o nome em inglês, para ficar mais bonito, que é como eles usam, dizer que é bom ver o país crescer e é bom ver o país crescer junto.

Eu não tenho dúvidas de que a melhor política de direitos humanos que um país pode adotar é o desenvolvimento econômico com repartição de renda.

Esse é o caminho que, em sendo bom, é bom para todos. E o piso é isso, à hora em que o povo trabalhador catarinense receber melhor, ele também consumirá melhor, estudará mais, se divertirá mais, portanto, faz rodar a roda da economia.

Nós queremos dizer que esse é o caminho que o Brasil adotou, o caminho de melhorar a renda, para que quantos mais de nós tivermos condições de colocar nossos filhos numa boa escola, quantos mais um professor, uma professora conseguir fazer um bom curso, isso será bom para o país, não apenas para quem recebe.

O piso certamente vem nesse esteio. E é bom lembrar que isso é fruto da força, da unidade dos trabalhadores, da determinação de não abandonar essa causa, até vê-la vitoriosa, como vocês certamente verão na tarde de hoje, porque já criaram condições políticas e objetivas para isso.

Mas gostaria, na vitória de vocês, de rememorar, e sei que ontem, no Parlamento, várias vezes ela foi discutida, a questão da greve dos professores que redundou numa conquista histórica, mas uma conquista já baseada em lei. Vejam que vocês estão aqui, hoje, para comemorar a conquista de uma lei. E são trabalhadores e trabalhadoras da educação do estado de Santa Catarina que atendem às nossas crianças pelo estado afora e que, com uma greve extraordinária, conseguiram apenas que se olhasse a obrigação legal de cumprir a lei que não foi toda cumprida.

É bom sempre lembrar - e nada melhor do que o tempo para demonstrar quem estava certo e quem estava errado - que, sim, os trabalhadores da educação tiveram vários direitos suprimidos para dar a impressão de que estava sendo pago o piso. Muito generosos que são, permitiram que assim se desenvolvesse, como resultado da união e força daqueles trabalhadores há mais de 60 dias em greve. Mas agora uma nova lei diz que os nossos professores e professoras precisam receber pelo menos R\$ 1.421,00. Não é um salário extraordinário, não é um salário que enriquece ninguém, mas é um salário de dignidade para os

nossos professores e professoras, e principalmente para quem se compromete a desenvolver o futuro.

Em todas as campanhas eleitorais para prefeito, governador, presidente, deputado, vereador e senador a pauta da educação, da saúde e da segurança sempre vem, e todos concordam. Mas não é possível fazer saúde sem os trabalhadores da saúde; não é possível fazer segurança sem os trabalhadores da segurança; e não é possível fazer educação sem os trabalhadores da educação.

Portanto, os governos que apostam na remuneração melhorada dessas categorias são os que de fato transformam em políticas públicas os seus discursos, e é para isso que precisamos estar atentos agora e juntos. E não somente os trabalhadores da iniciativa privada, mas todas as pessoas do estado de Santa Catarina precisam estar juntas com essa conquista legal dos trabalhadores da educação.

É lamentável vermos o governador do estado de Santa Catarina indo a Brasília buscando constituir forças para derrotar essa disposição do ministério da Educação, que é a de corrigir uma dívida histórica que o povo brasileiro tem com os educadores e educadoras do Brasil.

Mas mencionei antes que estava, ontem, e hoje, em Brasília também tratando de um tema, e acredito que vai poder trazer para Santa Catarina muitos dividendos e muitas novas possibilidades.

Hoje estou apresentando a proposta da criação de uma frente parlamentar pró-Santa Catarina Copa do Mundo 2014.

Ontem estive com o ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, que confirmou as condições de Santa Catarina sediar esse grande evento, senão como uma sede, mas como uma subsede.

Nós temos, sim, as condições objetivas para dar conta disso. O que precisamos é unir forças, e por isso a proposta de criarmos a frente parlamentar para que a Assembleia Legislativa capitaneie esse movimento.

Eu não tenho dúvida de que se o estado tivesse se dedicado para valer, nós teríamos uma sede da Copa do Mundo aqui em Santa Catarina. E falo isso

não porque eu gosto de futebol, e gosto bastante, é verdade, mas pela antecipação de recursos federais que podem vir daí.

Na sexta-feira, eu estava em Porto Alegre na posse do magistrado catarinense Jorge Antônio Maurique como desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e observei as obras de mobilidade urbana que estão sendo feitas naquela cidade em função da vinda da Copa do Mundo. Isso que há uma série de problemas no estádio do Internacional, e lá se discute até a possibilidade de agora o estádio do Grêmio sediar a Copa do Mundo. Independente da cor do time que vai sediar os jogos, é de grande impacto nas cidades as obras que vêm do governo federal em função da Copa do Mundo, e nós não podemos ficar de fora.

Eu penso que a pluralidade que caracteriza a Assembleia Legislativa é o melhor ambiente para conseguirmos tornar esse um grande tema não do Avaí, não do Figueirense, não de Florianópolis e não da Grande Florianópolis, mas de todo povo catarinense, na compreensão de que podemos, vendendo a imagem do nosso estado e com a antecipação de recursos federais, criar uma oportunidade nova para Santa Catarina, uma oportunidade de negócios, uma oportunidade extraordinária para o turismo. Nós temos, por exemplo, um parque tecnológico que pode dar uma contribuição também importante nisso.

Por isso o desejo de hoje é reunirmos as assinaturas. Já conversei com o presidente da Casa, deputado Gelson Merisio, que prontamente também se disse, e tenho certeza de que o é, entusiasmado com a ideia de que possamos, a partir da Assembleia, chamar os grandes nomes do esporte catarinense, os grandes nomes do povo catarinense, mas, principalmente, as grandes autoridades, os grandes agentes públicos do estado de Santa Catarina para, nessa união de esforços, conseguirmos realizar este que é um sonho do povo catarinense: poder ver a seleção brasileira e outras seleções atuarem aqui.

Nós temos afinidades com várias seleções da América Latina e também de outros continentes,

estamos perto de uma sede, que é Porto Alegre, perto de outra, que é Curitiba, e certamente Santa Catarina pode ser essa subsede que irá encher de alegria a alma das seleções que vierem para cá.

Hoje apresento, então, a proposta de criação dessa frente parlamentar que, tenho certeza, a partir da Assembleia Legislativa, poderá dessa vez de fato ter sucesso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sra. deputada Angela Albino.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, eu tenho acompanhado, nesses últimos dias, deputado Kennedy Nunes, uma situação que de fato gera uma grande pergunta, deputada Angela Albino.

A empresa TAC Motors, instalada em Joinville em 2009, recebeu recursos do governo do estado por meio da SC Parcerias, que investiu no negócio em torno de R\$ 6 milhões e detém 14% das ações da empresa. A empresa fabrica um jipe 4x4, um projeto concebido pelo ex-presidente da Fiesc, José Fernando Xavier Faraco.

Neste mês a TAC Motors anunciou que irá deixar Joinville para se instalar no Ceará, onde vai investir R\$ 200 milhões. A empresa, no caso, foi atraída por estímulos financeiros da Sudene e estará isenta de tributos federais, ao contrário do que ocorre em Santa Catarina, e certamente estaduais.

Toda tecnologia do veículo é resultado de engenharia catarinense. De acordo com o presidente da empresa, para quem a SC Parcerias é apenas um dos 96 acionistas da empresa, a saída da TAC Motors de Santa Catarina seria uma questão de competitividade empresarial, e a empresa começa em julho a produção de jipes na cidade de Sobral, no Ceará.

Em Joinville, a empresa chegou a produzir 20 veículos por mês. Com a possibilidade de conseguir novos investimentos no Ceará, a empresa planeja fechar o primeiro ano de funcionamento no nordeste produzindo 150 veículos por mês.

Estou trazendo essa informação para chamar a atenção, primeiro, sobre o investimento da SC Parcerias, um investimento do estado, porque a SC Parcerias é uma empresa público-privada do nosso estado. E, segundo, porque aqui está, novamente, o resultado de uma guerra fiscal fortíssima em nosso país. Há uma guerra fiscal entre estados e, com certeza, quem perde são os trabalhadores e a população.

Por que não fazer esse investimento de R\$ 200 milhões em Santa Catarina, se, no início, todo o processo recebeu grandes investimentos públicos em nosso estado?

Então, isso precisa de fato acontecer e precisamos fazer uma grande luta contra essa guerra fiscal entre os estados no nosso país. É preciso que haja, de fato, uma política nacional estratégica de desenvolvimento dos nossos estados, caso contrário o prejuízo, principalmente para os estados menores, será muito grande. E aí mostra, mais uma vez, a falta de compromisso desses grupos econômicos com o seu estado, com a sua origem, porque essa empresa foi concebida aqui no nosso estado e agora está abandonando Santa Catarina.

Mas quero registrar aqui, sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a nossa luta do Parlamento, da nossa bancada e das centrais sindicais pela criação e manutenção do piso mínimo regional, uma política estratégica de desenvolvimento do nosso estado.

No início, em 2009, quando discutimos o piso mínimo, tivemos grandes reações de alguns setores, principalmente empresariais, que não queriam admitir a aprovação do piso mínimo regional porque diziam que era impossível aumentar o salário, que isso iria gerar desemprego, que o empresário não conseguiria pagar o salário. Mas está comprovado, nesses últimos anos, que nada disso aconteceu. Pelo contrário, o estado vem crescendo,

desenvolvendo-se e gerando emprego, a exemplo do nosso país, que construiu uma política salarial concreta.

Hoje, por exemplo, temos o reajuste garantido do salário mínimo nacional, o reajuste da inflação, do INPC, a média do crescimento do PIB - Produto Interno Bruto.

Então, o aumento salarial e a criação do piso mínimo regional foram extremamente importantes para toda a sociedade catarinense, e não somente para os trabalhadores. Todos ganharam porque esse recurso não ficou no bolso do trabalhador. Quando o trabalhador compra alguma coisa, o comércio vende mais, a indústria precisa produzir mais, e isso é extremamente positivo.

Agora precisamos manter a continuidade do reajuste do piso. É verdade que outros estados conseguiram um reajuste maior do que Santa Catarina, mas foi o que se conseguiu negociar nesse momento, que é uma média de 10% de reajuste.

Por isso, sra. presidente e srs. deputados, esta Casa tem o compromisso de contribuir com esse acordo que foi feito entre setores empresariais e os trabalhadores das centrais sindicais - e que vêm dando exemplos de uma grande articulação do sindicalismo catarinense. Por isso, o piso mínimo também já é resultado desse processo.

E digo mais: nós entendemos que a luta para construir um mecanismo de reajuste anual do piso mínimo regional é importante e precisa ser construída. E aí as centrais já estão assumindo o compromisso de fazer um abaixo-assinado e vir com o processo de pressão, e quem sabe até com um projeto de iniciativa popular.

Parabéns por essa luta e por toda essa articulação. Esperamos sair daqui, hoje, com esse projeto aprovado, e que é de grande importância. E tomara que as próximas negociações coletivas, sra. presidente, que irão acontecer nesse próximo período, estejam acima do piso mínimo, que esse mínimo seja de fato o mínimo e que as categorias possam negociar acima, inclusive, do piso mínimo catarinense. Esta Casa pode dar essa contribuição,

hoje, votando o projeto que está em tramitação neste Poder.

Os valores já são conhecidos e ficam em torno de R\$ 700,00 a R\$ 800,00 para as quatro faixas salariais diferenciadas em que diversas categorias se incluem.

Então, parabéns a todas as centrais sindicais, que se envolveram e estão construindo essa luta em prol dos trabalhadores catarinenses; ao setor empresarial, que sentou junto; e ao governo do estado, que está encaminhando para esta Casa esse projeto tão importante para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero dizer aos catarinenses que estão aqui para acompanhar, hoje, a votação do novo piso regional que, como disse o deputado Dirceu Dresch, esse é um avanço que esta Casa dá, mais uma vez, na construção dessa política no estado.

Eu gostaria de pegar um pouquinho do gancho do deputado Dirceu Dresch, que falou sobre a TAC Motors, uma empresa que surgiu na minha cidade, Joinville, que produz um veículo 4x4 e agora anunciou a sua ida para o Ceará.

Somente queremos reforçar aquilo que o deputado falou no sentido dessa guerra fiscal. Na verdade, deputado Maurício Eskudlark, há uma guerra fiscal muito grande e, muitas vezes, o patrocinar, o fabricante bélico dessa guerra entre os estados é o próprio governo federal.

É óbvio que o empresário não tem a visão do gestor público. Como diria um grande filósofo, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. A gestão privada vê lucro. Está dando lucro? Tudo bem! Não está dando lucro? Muda! Por quê? Porque o papel do gestor privado é dar lucro para a empresa.

Na empresa privada, o lucro é mais dinheiro, e na gestão pública o lucro é atender mais pessoas com o dinheiro que tem. A sensibilidade do gestor público deve ser muito diferente. É claro que, hoje, falam que as empresas estão tendo uma sensibilidade e uma visão social um pouco maior, que elas não podem ser ilhas e têm que cuidar da vida do seu trabalhador em casa e no social. Tudo isso está certo! Mas, muitas vezes, essa responsabilidade social que as empresas praticam, e pregam, é somente mais um item para as ISOs, que são exigidas para que ela possa produzir e exportar o produto, do que uma visão, realmente social.

O governo, não! Ele tem que ver as pessoas. Eu vejo que o governo federal dá para a Sudene, que é lá do nordeste, muito mais armamento, e para que as prefeituras e os estados possam utilizar esse armamento na guerra fiscal com outros estados. Por exemplo, aqui no sul somos tratados como ricos. Para Brasília, deputado Manoel Mota, aqui no sul nós somos ricos e não precisamos de dinheiro. Nós temos aqui, como disse o ex-presidente Lula, os homens dos olhos azuis, porque somos descendentes de europeus. E daí parece que aqui não precisamos da ajuda do governo federal para que possamos entrar nessa guerra fiscal.

Há poucos dias, a General Motors acabou anunciando a instalação da segunda fábrica em Joinville. Há a fábrica de motores, agora haverá a fábrica de câmbio, e as duas vão injetar R\$ 1 bilhão no estado de Santa Catarina.

Apenas quem acompanha os bastidores sabe a guerra que é quando alguém está trazendo um investimento de R\$ 1 bilhão para um estado e entram na disputa cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, os estados do Nordeste, com esse

armamento, que são os benefícios dados por conta da Sudene. Estamos numa guerra com a BMW. Ou melhor, Santa Catarina está numa guerra com o estado de São Paulo. E o nosso governo estadual está fazendo de tudo para que venha para cá a BMW, com o projeto de construir aqui cinco modelos da marca, mas estamos numa disputa muito forte com Campinas/São Paulo. Olhe bem, Campinas é perto de São Paulo, e o maior centro da BMW está em São Paulo. Agora, ou entramos na guerra para trazer para cá esse investimento ou vamos deixar essa empresa ir para outro estado.

A TAC Motors está indo para o Ceará, para a cidade de Sobral, não apenas por conta dos benefícios da Sudene, claro que esse é o ponto principal, mas há um histórico, deputado Dóia Guglielmi, de que foi feito lá naquela cidade, naquele estado, um carro chamado Gurgel. Lembro-me desse carro e sei que muitas pessoas vão lembrar. Tratava-se de uma fábrica que montava um carro de fibra que era feito em cima de um chassi. Depois, surgiu uma empresa maior que comprou a Gurgel, que estava falida, e fez esse Troller, com a mecânica Volkswagen.

Portanto, lá em São Paulo há o mercado 4x4, *off road*, fora das estradas, muito maior do que aqui em Santa Catarina, e um empresário quando quer fazer um investimento analisa justamente o lucro e a potencialidade do cliente. Nesse caso da TAC Motors, a potencialidade de cliente e o lucro maior estão lá no Ceará.

Torço para que a BMW não veja a potencialidade de clientes, porque se priorizar apenas isso vai instalar-se em São Paulo.

Nós aqui temos uma coisa impressionante, temos cinco portos numa distância de 200km, e isso para as empresas que querem exportar, como a GM, que vai exportar câmbio produzidos aqui, pesa muito. Por isso, Santa Catarina está nesse "boom" de empresas automobilísticas vindo para cá. E com certeza, como sou de Joinville, lamento muito a ida da TAC Motors para lá, mas nesse caso não temos nem como falar algo dos empresários, porque se a Sudene isenta uma série, quase todos os

impostos federais, lá tem o mercado *off road*, o mercado compatível com a proposta do carro, e vamos fazer o que para que essas empresas mantenham-se aqui? Essa é a diferença entre a gestão privada e a pública, que vê muito mais longe a questão não do lucro, mas do atendimento das pessoas.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Manoel Mota - Gostaria de cumprimentar v.exa., deputado Kennedy Nunes, e dizer que a sua visão é muito importante.

Por que vieram instalar a primeira fábrica da GM no Brasil? Porque sentiram que o governo era equilibrado e havia tranquilidade. Instalaram a primeira fábrica, gostaram e vão instalar a segunda. Ninguém mais tira de nós, já assinaram o protocolo, está definido. E por quê? Porque a credibilidade do governo do estado de Santa Catarina é muito grande. Agora, esperamos que nos próximos dias seja assinado o contrato com a BMW. E será em Santa Catarina! Estamos aguardando a assinatura do contrato com a segunda maior empresa do mundo na área metalúrgica, com obras em 127 países. Já está definido que virá para Santa Catarina, para Tubarão.

Então, esse é um ganho real, é fruto de um governo equilibrado, sério e que está dando continuidade aos projetos importantes que votamos aqui. Não adianta espernear lá fora, porque vamos defender o nosso estado e o nosso povo.

Por isso, quero cumprimentar v.exa., deputado Kennedy Nunes, já que as fábricas menores vêm para cá e as maiores, para Joinville, que é a maior cidade de Santa Catarina e merece todo o respeito deste Parlamento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Manoel Mota!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pelo tempo restante do PSD, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero saudar a sra. presidente deputada Ana Paula Lima os demais deputados que acompanham esta sessão, os representantes sindicais que hoje vêm acompanhar a votação do salário mínimo regional. Vejo, neste plenário, o amigo Francisco Alano, meu contemporâneo da faculdade à época do movimento estudantil, quando tive a felicidade de ser presidente do DCE, no curso de Direito, em Itajaí. Éramos colegas naquele período, e quero parabenizar o amigo pela forma como vem, desde aquela época, trabalhando pelo movimento sindical e defendendo os trabalhadores do estado de Santa Catarina.

Quanto a essa questão da guerra fiscal, do benefício maior a outras regiões, enfrentamos em Santa Catarina vários problemas.

Também na questão da segurança pública, deputado Kennedy Nunes, quando íamos a Brasília buscar recursos, tínhamos um direito um pouco menor. Por quê? Porque Santa Catarina é o estado com o menor índice de criminalidade no Brasil.

Na divisão dos recursos federais para apoiar os estados no combate à criminalidade, Santa Catarina, que havia reduzido bastante a sua criminalidade, acabava perdendo um pouco ou até muito, em razão de o nosso ser um estado que continua tendo o menor índice de criminalidade em nível de Brasil.

Entendo que o administrador tem que ter essa visão, mas nós catarinenses lamentamos, porque sempre queremos mais para o nosso povo, pela nossa gente. Então, tanto na guerra fiscal, no mercado de consumo, quanto na questão da segurança pública, enfrentamos dificuldades.

Estive na última semana no Grupo Dass, em Saudades, uma das grandes empresas de Santa Catarina que produz, para todo o Brasil, material esportivo da seleção brasileira e dos grandes clubes. E o Grupo Dass, felizmente, volta ao seu parque de produção para o estado de Santa Catarina. Há muitas unidades no nordeste, mas esta se voltou para Santa Catarina exatamente pelo potencial do nosso trabalhador que quer crescer,

que faz hora extra, que procura trabalhar o máximo possível.

Então, a mão-de-obra em Santa Catarina para todas essas empresas, deputado Dóia Guglielmi, é muito importante. O nosso povo, realmente, dedica-se muito àquilo que faz e, em que pese tudo isso, às vezes, acaba tendo algum ônus. Mas é muito bom para o estado de Santa Catarina saber do potencial do seu trabalhador.

Quero falar, também, sobre a aprovação da região metropolitana, que vai à votação hoje. A audiência pública que queremos sobre a segurança pública, no município de Itapema, é uma reivindicação de várias lideranças da comunidade e vamos trabalhar, efetivamente, para que aconteça e que possamos discutir o assunto e achar uma maneira para melhorar a segurança, como já ocorreu na região de Camboriú e Balneário Camboriú.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigada, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, que está presidindo esta sessão, colegas deputados, senhoras e senhores. Vamos votar daqui a pouco um projeto de lei que fixa o novo piso salarial de Santa Catarina. Na parte da manhã, em nome da comissão de Finanças e Tributação, tive a oportunidade de expressar que esta é, sem dúvida nenhuma, uma das leis mais importantes que a Assembleia Legislativa já votou e que teve a participação, claro, decisiva e efetiva também do Poder Executivo e, à época, do governador Luiz Henrique da Silveira, mas, especialmente, houve a participação das entidades de classe, representadas pelos sindicatos, tanto patronal quanto dos trabalhadores, que conquistaram, através de uma proposta popular, essa lei, que

para mim, como já falei hoje pela manhã, tem um sentido muito especial do sistema federativo, pois os estados se permitem, efetivamente, legislar dentro daquilo que é a sua própria prerrogativa, deputado Elizeu Mattos.

O que estamos vendo hoje, neste cenário, é que Santa Catarina avançou no piso mínimo regional até com relação ao maior estado econômico do Brasil, que é o estado de São Paulo, e com um valor muito maior do que o nosso salário mínimo nacional. Esse é um avanço que deve ser comemorado! Os trabalhadores, os demais segmentos, juntamente com a classe patronal, fizeram uma negociação com a intermediação do Poder Executivo, e a Assembleia Legislativa cumpriu o seu papel de homologar esse grande acordo.

É claro que existe um problema com o qual temos que conviver e que foi discutido hoje pela manhã no âmbito da comissão, deputado Nilson Gonçalves. O projeto chegou à Assembleia Legislativa quando estávamos em recesso, e pelo acordo o reajuste é no mês de janeiro, e já estamos em fevereiro. Isso gera insegurança e também causa uma questão burocrática de personalização, porque estamos agora aprovando uma lei retroativa ao mês de janeiro. E no meu ponto de vista, deputado Dóia Guglielmi, este projeto de lei deveria estar aqui tramitando antes do início do recesso legislativo, ou seja, até o dia 15 de dezembro, para que aí, sim, já aprovado e votado, deputada Ana Paula Lima, todos pudessem, a partir do mês de janeiro, saber exatamente o novo valor do piso regional e ter tranquilidade, tanto o empresário quanto a classe trabalhadora.

Acho apenas que esse ajuste precisa ser feito para que essa lei possa ser um exemplo dentro do espírito que sempre defendemos, que é o sistema federativo no nosso país, e nós legisladores estaduais muito pouco podemos fazer, porque tudo esbarra na lei maior, no Congresso Nacional ou no próprio governo federal. Então, a nós cabe apenas, em nível estadual, como legisladores, o mínimo para legislar.

Quero cumprimentar todos os dirigentes sindicais, as centrais sindicais, os trabalhadores, por mais essa conquista de trabalho conjunto, eis que estão aqui acompanhando os trabalhos desde a manhã de hoje.

Volto a dizer que entendo essa lei como um grande avanço.

E quando vamos discutir novamente o pacto federativo em nível de Congresso Nacional? Onde é necessário avançar? Sim, porque os governos, cada vez mais, não apenas o atual governo federal, mas também culpo os ex-governos, até do meu partido quando estive à frente da Presidência da República, ficam no sistema mais unitário, ou seja, na concentração do poder.

Todo poder está concentrado na mão do governo federal, do Senado, da Câmara dos Deputados, e nós, que estamos em nível estadual, tanto o Poder Executivo quanto Legislativo, cada vez com menos margem de negociação.

Então, dentro disso, quero, em nome do meu partido, do PSDB, prestar os cumprimentos, também em nome da minha bancada, liderada pelo deputado Dado Cherem, que conta com os deputados Nilson Gonçalves, Dóia Guglielmi, Marcos Vieira, cinco deputados que votarão favoráveis a este grande entendimento, a todos que trabalharam nessa linha de decisão.

Era isso, senhora presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pelo tempo restante do PSDB, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, aproveitando os minutos que me restam apenas gostaria de complementar a fala do deputado Kennedy Nunes e do deputado Dirceu Dresch sobre a transferência da TAC Motors para o Ceará.

Gostaria de explicar que uma das razões que motivou a saída da empresa de Joinville foi que a fabricação de um veículo, em Joinville, custava, deputado Kennedy Nunes, e v.exa. deve saber disso, R\$ 90 mil a unidade. Estava sendo vendido, a

princípio, por 97.5 mil, e chegou à faixa dos R\$ 100 mil. E com essas isenções dadas pelo estado do Ceará, além das isenções em nível de tributos federais, que são incentivos do governo federal para o desenvolvimento do nordeste, inclusive, a TAC Motors vai poder fabricar o mesmo jipinho que em Joinville custava R\$ 90 mil por R\$ 70 mil a unidade. Uma diferença substancial e essa é uma das razões da transferência daquela fábrica.

Quanto ao valor investido pelo estado, de certa forma, é frustrante, porque o estado investiu um valor, através da SC Parcerias, e agora vê o seu investimento ser levado para o Ceará. Mas há uma cláusula contratual da recompra, por parte da empresa, do valor investido pelo estado, que não é pouco, é mais ou menos entre 10% e 15% do valor investido pelo estado naquela fábrica. E houve uma conversa, aliás, houve várias conversas, várias reuniões, no sentido de o estado ser ressarcido ou ter o seu dinheiro de volta, o que deve acontecer a partir do momento em que a fábrica comprar essa parte que pertence ao estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados do PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sra. Presidente, uso novamente a tribuna, pois há ainda alguns apontamentos que gostaria de registrar na tarde de hoje, um deles diz respeito, com tristeza, a uma funcionária desta Casa há mais de 20 anos, Derlei De Luca, que sofreu um assalto na cidade de Criciúma, no final de semana. Dois assaltantes, dirigindo uma moto, bateram nela, passaram com a moto por cima dela e quebraram o seu pé.

Derlei De Luca é uma pessoa que tem uma grande função, não só aqui na Assembléia Legislativa, mas muito mais do que isso, ela é uma referência na

luta pela nossa memória, é uma referência a ela mesma que sofreu os horrores da ditadura. Ela é nossa referência quando discutimos em Santa Catarina a memória dos nossos desaparecidos políticos, quando dizemos que nunca queremos esquecer, para nunca mais acontecer novamente.

Então, quero deixar aqui, em nome de toda Assembleia Legislativa, o abraço à Derlei De Luca, que está passando por este momento difícil na cidade de Criciúma, e neste período de recuperação, sentiremos sua falta aqui conosco.

Quero também anunciar que faremos, na sexta-feira, às 19h, o lançamento do livro sobre Santa Catarina, *Estudos de Geografia Econômica e Social*, organizado pelo professor Armen Mamigonian, construído a partir de grandes nomes de intelectuais de Santa Catarina, que têm a pretensão, e cumpriu muito bem essa tarefa, de fazer um compêndio sobre a nossa geografia econômica e social. Então, a Assembleia Legislativa, abrirá esse espaço agora na sexta-feira, às 19h, para fazermos o lançamento do livro e estão todos convidados.

Por fim, quero, novamente, mencionar o aniversário dos 80 anos do voto feminino. Somos tão poucas mulheres com mandato, que ontem vi um painel belíssimo na entrada da Câmara Federal, com uma foto de todas as mulheres que já ocuparam algum cargo de deputado federal no Brasil. A primeira delas foi a Carlota Queirós, depois a Berta Luz e, proximamente, a sétima mulher, a catarinense Lígia Doutel de Andrade, que era notável pela inteligência e pela beleza. Ficou registrado na nossa memória o papel que ela teve como catarinense, que foi a primeira a ter um espaço na Câmara Federal. Parece que sempre somos devedores da memória da mulher catarinense e que Lígia Doutel de Andrade também é uma dessas que recordamos pouco, mas que precisamos resgatar a memória, para que o futuro não esqueça essas mulheres desbravadoras.

Quero aproveitar para dizer que no dia 06 de março a Assembleia Legislativa inicia suas comemorações relativas a 08 março, quando faremos

uma atividade com mulheres. Nós, parlamentares mulheres, de forma conjunta ou individualmente selecionamos algumas mulheres para representar o potencial das catarinenses, que deve ser lembrado, homenageado e referenciado.

Temos de doudas mulheres a empregadas domésticas que serão todas homenageadas, todas mui dignas da distinção da Assembleia Legislativa, porque cada uma com sua história, com seu tempo e nas suas funções desempenharam um papel que engrandece todas as mulheres catarinenses.

Foi a bancada feminina que organizou. E estarei na presidência da nossa bancada até o dia 06 de março. E como somos quatro mulheres, uma presidirá a cada ano. Agora assumirá uma nova presidente, e no dia 06 tornaremos público esse ato, para que possa levar os trabalhos da bancada feminina de Santa Catarina pelo próximo ano. Foi um trabalho que me gratificou muito, através do qual as mulheres conseguem para além dos partidos políticos construir pontos de unidade. E essa sempre foi a luta pelo direito das mulheres, que, portanto, comemoraremos agora dia 06 de março.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje temos a representação da área sindical do nosso estado presente em nosso Parlamento, com conquistas importantes, fruto do próprio trabalho.

A nossa função aqui é de contribuir. Essa é a nossa obrigação; somos parlamentares para ajudar Santa Catarina, para ajudar aqueles que mais lutam, como vocês. Nós apenas contribuimos estendendo os braços, solidários, para a conquista do novo piso salarial que foi acertado com o governo, com os empresários e hoje aqui neste momento decisivo está para ser aprovado.

Quero dizer que tive a honra de ser prefeito de Araranguá, em 1982, quando fui convidado pela legenda, naquela época, antigo MDB, para contribuir. Um empresário era candidato a prefeito, e eu contribuí muito, pois fui vencedor nas eleições. Na minha vida, fui do transporte de carga, caminhoneiro, e tinha que criar um evento que marcasse a história desse profissional que carrega o PIB deste Brasil no tapetão preto.

Então, estudei muito para saber como fazer uma festa para marcar a história de uma categoria que entendo fundamental para o Brasil. Já tentaram de várias formas pela rede ferroviária, mas não conseguem. Por que não conseguem diminuir o transporte de carga? Por que num vagão de trem acaba faltando mercadoria ou rasgando, e aí tem que cobrar do governo e isso é muito difícil; já nos caminhões, quando falta um saco de mercadoria, é descontado no frete. Por isso, acaba dando mais tranquilidade ao empresário, e os caminhoneiros vivem carregando 95% do PIB brasileiro.

Estudei todas as formas de como criar alguma coisa para valorizar o motorista profissional. Inventei de fazer uma pista de asfalto para correr, mas eles já correm na estrada, então, não teria muito sentido. Estudamos e inventamos de fazer um quilômetro de arrancada na areia, e por que lá? Porque na areia o motorista para arrancar tem que ser muito bom, o carro patina, há dificuldade, e aí aqueles que têm mais prática, que não erram a marcha, acabam chegando em primeiro lugar.

Começamos o primeiro quilômetro de arrancada com um quilômetro, e os carros chegaram a 130 km/hora no final. Já foi uma festa extraordinária com a presença aproximadamente de 20 mil pessoas. Fomos para a segunda, e prepararam os caminhões, deram uma ajeitadinha e chegaram a 140 km/hora. E diminuimos para 800 metros, ou seja, começava a aumentar o risco. Como na primeira corriam a 120 km/hora, na segunda a 140 km/hora, tivemos que ir diminuindo. Hoje são apenas de 600 metros, e os caminhões chegam a 130 km/hora, 140. Mas graças a

Deus não houve nenhum problema em todos esses anos, desde 1985, quando foi criado, até hoje.

Assim começou uma das maiores festas de Santa Catarina, a imprensa nacional estava presente e divulgou, e todas as revistas de caminhoneiros tinham na capa essa festa. Foi muito bonito!

Conseguimos com que essa festa fosse a maior de Santa Catarina. Depois, ela começou a crescer e passou a ser a maior festa de quilômetro de arrancada do Brasil e a maior festa da categoria do mundo. Existem muitas festas de quilômetro arrancada no mundo, algumas copiadas até pelo Brasil, mas nenhuma é igual a essa que coloca 150 mil pessoas.

Com certeza o prefeito Evandro Scaini deve estar radiante, porque a partir de hoje muitas pessoas começam a chegar para participar da festa. Nem terminou a temporada de verão e já volta a ferver de novo, porque amanhã é a abertura e na sexta-feira vamos eleger a rainha da festa; já sábado começa o ronco dos motores.

Lá, com certeza, não adianta dizer que é rápido. E o cara não treme, porque até os profissionais de muitos anos, dirigindo caminhão, tremem. Isso aconteceu duas vezes com um motorista profissional, qualificado, mas quando a areia começou a apertar ele jogou o carro para frente e para trás, esqueceu de tirar a marcha e em vez de arrancar para frente, arrancou para trás. Não houve problema nenhum com ele, apenas não conseguiu mais arrancar para frente e ganhar. Perdeu! Não pode errar. Lá, errou, perdeu! Isso aconteceu com um motorista profissional.

Então, hoje a categoria está toda dedicada, radiante, porque sabem que a festa é deles, porque eles serão os principais artistas.

A partir de sábado à tarde já começa a classificação, o final da categoria toco, da categoria truque e aí ficam todos os cavalinhos para domingo que deve dar mais de 100 cavalinhos do Brasil inteiro. Aí é só viver e conviver. Estará lá toda a imprensa nacional nessa grande festa que o Brasil proporciona, além de oferecer material, fotos, para presentear o mundo inteiro e

levar para lá a ideia desse evento. Vivenciaremos no domingo esta grande festa no sul.

Então, quero aqui com muita honra convidar os parlamentares e dizer que a casa lá é nossa. Vocês são bem-vindos! Quero convidar também a classe trabalhadora para ir lá viver a emoção da corrida de caminhão na 25ª edição.

Acredito, sr. presidente, v.exa. que é de Joinville, uma cidade na qual o transporte é muito forte, onde existem muitos caminhões, que v.exa. gostará de ir até lá fazer uma visita.

Tenho a honra de dizer, conforme exigência dos caminhoneiros, que tenho hoje nove títulos, sendo cinco de campeão em primeiro lugar, dois títulos de segundo lugar, dois de terceiro lugar. Então, deputado Romildo Titon, tenho títulos de campeão, pois consegui arrancar primeiro do que eles. E quando falamos sobre isso a emoção nos toma conta. Era uma festa que não significava nada e hoje é considerada uma das maiores festas do mundo.

Todos estão convidados a participar desta festa. Serão bem recebidos, e tenho certeza de que o prefeito municipal e toda sua equipe estarão aguardando todos os deputados. Estou fazendo um convite de coração! Pode levar até um pouco de voto, não tem problema. Mas espero a visita de vocês a esse lindo quilômetro de arrancada que se realizará a partir de amanhã à noite até domingo. São quatro dias de muita festa, de muita alegria e de muita diversão. São empresários de grandes marcas, Volvo, Mercedes, enfim, todas as montadoras de caminhões e de automóveis. E ainda sonho que o primeiro prêmio seja para um caminhão.

A festa será transmitida agora somente para a região, mas quando fui prefeito conseguimos transmitir ao vivo para todo Brasil.

Acho que é uma festa memorável, de suma importância, com certeza o deputado José Nei Ascari vai estar lá presente, ajudando a eleger as rainhas. Por isso, está feito o convite para toda Santa Catarina. Peguem sua família e vão prestigiar essa festa linda, realizada no Balneário Arroio do Silva, ao lado de Araranguá,

na areia. Estamos fazendo o convite através da TVAL, porque é transmitida por todo o estado.

Vamos aguardar a chegada do governador, ele irá almoçar conosco, com os deputados que prestigiarem e depois faremos um passeio pela pista, juntamente com as rainhas, onde todos serão aplaudidos. Lá não é para fazer politicagem; participam categorias de transportes de cargas e empresários para valorizar e mostrar os seus produtos. Por isso, amanhã me desloco para a região.

Eu já fui para a China, para a Itália, buscar empresas que irão se instalar no estado. Na segunda-feira já vai chegar o empresário, o vice-presidente do grupo da segunda maior metalúrgica do mundo, que vai ter uma filial no Brasil, em Santa Catarina, em Tubarão, então, estarão aqui. Pena não podermos ter feito o convite para eles participarem da festa.

Acho que o dever do parlamentar é representar uma região, um estado e cumprir a sua missão. Quando da votação do piso tivemos uma disputa meio apertada, mas aqueles que pensam em Santa Catarina, que pensam em quem trabalha e que têm compromisso com a sociedade, estavam juntos dando o aval para poder ver hoje todos aguardando a votação de um projeto que espero que seja aprovado por unanimidade, para que saiam daqui tranquilos. E como já criamos uma data-base para os trabalhadores do estado de Santa Catarina, os funcionários, devemos também, sim, ter um projeto com a data-base, para que possamos ter um encaminhamento mais preciso.

E vocês que trabalham em nome de toda a categoria, da representação sindical, estejam preparados para tal dia podermos começar a trabalhar, para que não se pegue o empresário de surpresa nem o trabalhador. Portanto, acho que devemos trabalhar nessa direção.

Estou nesta Casa já há alguns mandatos. São 30 anos de vida pública e quero cumprir a minha missão com trabalho, respeito, responsabilidade e lealdade ao povo, ao meu estado e muito mais à minha região.

Então, quero deixar um abraço a toda representação sindical de Santa Catarina, dizendo que contem conosco para que possamos construir um modo de vida cada vez melhor.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esgotado o horário reservado aos Partidos Políticos, a Presidência informa que a sessão será suspensa por 20 minutos para que, de acordo com o requerimento, possamos conceder dez minutos a cada uma das pessoas inscritas para falar.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, vamos deliberar primeiro sobre o projeto do piso ou vai ficar para depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Assim que adentrarmos à Ordem do Dia, discutiremos essa situação.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu queria corroborar as palavras do rapaz que acabou de fazer menção e dar-lhe tranquilidade, porque temos o sentimento de que o Corpo de Bombeiros deve ser preservado e mantido, tanto o militar quanto o voluntário. E a questão da alteração que vai ser feita, que acabou de mencionar, não vai prejudicar o bombeiro militar, em absoluto, pois não se vai tirar nada, vai-se dar apenas e tão somente o direito de sobrevivência para exercer a função que já exercia há muitas e muitas décadas. Está-se

dando apenas condições para continuarem exercendo as suas funções, defendendo, salvando vidas e fazendo os seus trabalhos como sempre fizeram, que agora não estão podendo fazer por conta da instalação do Corpo de Bombeiros Militar. O que queremos é a paridade, o direito de ambos trabalharem.

Existe bombeiro voluntário no estado inteiro, e talvez nem na metade do estado exista bombeiro militar. Então, lutaremos para aprovar essa PEC.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, acompanhamos a exposição e gostaríamos de esclarecer que está havendo um grande mal-entendido, porque estão dizendo que a PEC é contra o bombeiro militar. Isso não existe, não é verdade. A PEC dá condições de o município fazer convênio com o Corpo de Bombeiros Militar ou com o Corpo de Bombeiros Voluntário. A prerrogativa é do município. Quem vota com o bombeiro voluntário, não está contra o bombeiro militar. O bombeiro militar cumpre um papel de fundamental importância em Santa Catarina. E o voluntário e o comunitário também. Nós queremos manter aquilo que existe há 120 anos em Joinville, que é o bombeiro voluntário.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero parabenizar o Bruno, que fez a explanação, todas as entidades que coletaram as assinaturas, o coletivo sindical, as entidades empresariais de Concórdia e da região, que manifestam o desejo de ver o bombeiro voluntário continuar fazendo o seu trabalho excepcional realizado em Joinville há 120 anos, em Concórdia há 32 anos e em algumas outras cidades também. Isso merece o registro. E

parabenizo também todas as entidades que se mobilizaram e vieram, às suas custas, hoje, fazer essa manifestação.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu acho que está havendo uma certa distorção quanto às corporações militares e civis que mantêm a segurança em Santa Catarina, quer na proteção de bens, no intuito de salvar vidas, na prevenção contra incêndio e na vistoria das benfeitorias. Está havendo uma certa distorção. Ninguém é contra e jamais será contra os bombeiros militares. Bem pelo contrário, incentivamos sempre que o estado viabilizasse fartos recursos para que as corporações dos bombeiros militares mantivessem suas viaturas, seus equipamentos e seu efetivo e instalassem-se nos municípios onde não há esse serviço.

Nós queremos que realmente essa PEC regularize a situação das corporações dos bombeiros voluntários para que auxiliem os militares no salvamento. A comunidade será beneficiada. Não existe contrariedade, pressão nenhuma. O que precisamos é que a comunidade tenha a garantia do serviço, quer do bombeiro militar, voluntário ou comunitário. Precisamos proteger a sociedade catarinense.

Quero cumprimentar as pessoas que tiveram a iniciativa de fazer o abaixo-assinado. Faz 20 anos que acompanho...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente!

Sabia que v.exa. cumpriria o Regimento, mas estamos aqui também para dizer que do outro lado não existe ninguém, absolutamente ninguém, contra os bombeiros voluntários. Aliás, aplaudimos que o bombeiro voluntário faça o serviço de defesa civil, de combate a incêndio, de primeiros socorros. Aplaudimos isso e inclusive apoiamos mais estrutura, mais recursos para o bombeiro voluntário também. Então, isso precisa ficar muito claro.

Agora, deve ficar claro para a sociedade inteira, para todos os deputados, que está em debate aqui a possibilidade de entidades privadas - cujo serviço regular não é voluntário e sim profissional, contratado pela CLT, e em alguns lugares há até sindicato - realizarem fiscalização, concederem licenciamento. Isso é poder exclusivo do estado, do Poder Público. Isso precisa ficar claro.

Gostaria de dizer também da minha quase estranheza. Apoiei a manifestação, nesta tribuna, em favor dos voluntários. E, como líder do partido, apoiei a manifestação da representação do movimento sindical de Concórdia, feita na tribuna agora há pouco. E confesso que achei um tanto esquisito estarem ambos, os dois, para ser redundante, usando a camiseta da Central Única dos Trabalhadores num projeto de privatização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Há concordância dos srs. líderes para que sejam retirados de pauta os vetos do dia de hoje.

Alguns vetos não estão prontos para serem votados. Se houver concordância, todos os vetos serão retirados de pauta.

(As lideranças aquiescem.)

Estão retirados de pauta os vetos do dia de hoje.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0176/2011, da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região do Baú - ADARB, de Ilhota.

Ao projeto foi acrescentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0477/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública o Instituto Ajorpeme - Ética e Desenvolvimento Social, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0551/2011, do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Cáritas Diocesana de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2011, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do vale do Itajaí, do norte/nordeste catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

Apensado a este o PLC/0031.3/2011.

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

A votação será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O encaminhamento será feito pelo líder do governo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tenho debatido a matéria e inclusive fiz uma emenda a outro projeto que está tramitando nesta Casa sobre esse tema. Tenho levantado questionamentos sobre a forma como está sendo feito esse debate das regiões metropolitanas, desde o seu início, em Santa Catarina.

Existe uma concepção de região metropolitana e uma estratégia de grandes metrópoles, de integração de várias cidades, e nós, em Santa Catarina, extrapolamos essa tese. Então, logo, não tenho dúvidas, toda Santa Catarina - e falta somente 98 municípios, o restante já está todo incluído - vai ser região metropolitana.

Eu não sei como isso vai ficar no futuro e como a própria união vai entender, porque há, por parte do governo federal, a discussão também sobre este tema.

Então, estou extremamente preocupado com isso, mas vamos votar favoravelmente e no futuro precisaremos, quem sabe, rediscutir. O problema é justamente esse: não criar uma situação.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sou favorável, até porque quando foi elaborado o projeto das regiões metropolitanas do estado, todos os municípios estavam incluídos, já que o governo federal tem previsto benefícios fiscais, verbas, financiamento habitacional do Minha Casa, Minha Vida, e o valor é maior para as regiões metropolitanas.

Infelizmente, não sei por que 90 e poucos municípios ficaram fora desse enquadramento nessa emenda que tem a participação do deputado Mauro de Nadal e de v.exa., mas 49 municípios ficam incluídos e irão receber os benefícios do governo federal.

Então é muito importante essa aprovação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será feita no painel eletrônico.

(Procede-se à votação pelo painel eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim".

A matéria está aprovada em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0182/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que reconhece como Vale da Produção o conjunto de municípios composto por Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0561/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch e outros, que institui o

Dia Estadual em Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos no estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0001/2012, de origem governamental, que altera o art. 1º da Lei Complementar n. 459, de 2009, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

A votação será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria, os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra para encaminhamento o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria apenas, por ter sido o relator na comissão de Finanças e Tributação, que é a de mérito pois analisa a matéria, obviamente, de encaminhar pelo voto "sim", mas principalmente de destacar aqui a importância desse projeto que nasceu da vontade popular de um projeto de emenda que tramitou nesta Casa. E agora vem um projeto de reajuste, também já fruto de uma negociação feita entre as entidades sindicais, sejam elas patronais ou de trabalhadores.

Estiveram envolvidas as federações, as centrais sindicais, que tiveram o papel importante

de estabelecer esse reajuste, cujo índice varia, mas na média fica em torno de 10%, reajustando as faixas salariais num comparativo, inclusive, com o estado mais rico da nossa federação, o estado de São Paulo. E nós ficamos com valores melhor negociados.

Vejam o exemplo dos pisos reajustados em São Paulo: R\$ 690,00, R\$ 700,00 e R\$ 710,00. Vejam os valores em Santa Catarina: R\$ 700,00, R\$ 725,00, R\$ 764,00 e R\$ 800,00. Portanto, isso foi fruto de uma negociação entre as entidades, de um projeto já preparado aqui, precedido de negociação, e não poderia ter outro caminho que não fosse a aprovação desta Casa. Então, gostaríamos de fazer esse registro também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O painel está aberto.

Srs. deputados, por favor, confirmem os votos para que, logo em seguida, possamos concluir a votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quando era líder do governo, fui relator do projeto na comissão em 2009. E somente quero lembrar, deputado Neodi Saretta, que esse projeto tem origem governamental, do governo de Luiz Henrique da Silveira. Existia o pedido de um projeto de iniciativa popular, mas foi acordado no governo. Tem origem governamental, mas nós construímos esse projeto aqui.

Não foi fácil construí-lo, quando o fizemos, as centrais nos acompanharam e auxiliaram, juntamente com a própria Fiesc. Nunca imaginávamos que teríamos a convergência no reajuste do piso regional. E, desde a sua criação, nas duas vezes em que houve necessidade, houve o reajuste e a convergência entre trabalhadores e empregadores, porque o governo, nessa questão do mínimo, foi a terceira entidade a participar e é o mediador do processo. Sendo mediador, o governador, nas duas

oportunidades em que houve a necessidade do aumento, assim agiu, aceitando a convergência tanto dos empregados como dos empregadores.

Portanto, hoje é com felicidade que vamos deliberar e aprovar o novo piso mínimo regional para o estado de Santa Catarina, e a aprovação será unânime pelos srs. Deputados, visto que há convergência e não há divergência.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, tínhamos feito na comissão de Constituição e Justiça uma emenda a esse projeto de lei complementar alterando o art. 3º da lei dizendo que deve prevalecer, entre o legislado e o negociado, aquilo que for de maior valor. Ou seja, segundo o art. 3º, vale aquilo que é negociado, mas de repente o trabalhador, na relação com o patrão, com a categoria, não conseguiu negociar nesse valor aqui. Por isso que fizemos a emenda no sentido de permanecer o maior valor.

Elaboramos também essa emenda para que prevalecesse a mesma lógica, o mesmo critério do que foi definido na esfera federal, pelo governo federal, aprovado pelo Congresso Nacional, onde vale o INPC mais o PIB. E se for seguida essa regra no estado de Santa Catarina, teríamos um valor superior a R\$ 70,00 para o menor nível, que é o nível um, e R\$ 91,00 para o nível quatro, acrescido. De forma que se continuarmos nessa lógica, nos próximos três, cinco anos, se não conseguirmos reverter, se não trabalharmos, se não debatermos na base, se a classe trabalhadora organizar e fizer essa mobilização, se viermos sempre no consenso, não precisaremos mais dessa lei, porque o mínimo regional vai acabar ficando igual ou menor do que o mínimo nacional.

Essa é a tendência deste ano e dessa lei que estamos aprovando na tarde de hoje, neste plenário.

Não obstante, abster-me na CCJ, como na comissão de Finanças e Tributação, e estou votando favoravelmente, como se pode verificar, com essa ressalva de que nessa toada, nesse ritmo, daqui a alguns anos não será mais preciso ter uma lei estadual do piso regional porque o piso nacional vai alcançar o piso regional.

Esta é a nossa observação.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero ressaltar aqui três aspectos rapidamente. Em primeiro lugar, o governo acatou o entendimento, o acordo dos trabalhadores com os empregadores. Quer dizer, o projeto veio para o Parlamento catarinense já redondo, acertado, definido, e, em segundo lugar, com o reajuste acima da inflação.

Portanto, os trabalhadores terão um ganho real. Esse é um dado relevante também.

Mas mais do que isso, esse projeto, sr. presidente, é um projeto importante porque vai dar amparo, vai dar guarida, vai dar suporte, vai dar segurança, em termos de remuneração, para os mais fracos, para os trabalhadores que não têm organização, para os trabalhadores desprotegidos, os avulsos, as domésticas, os pedreiros, aqueles que realmente constroem Santa Catarina e que muitas vezes não têm organização sindical para defendê-los no momento da negociação.

Então, esse projeto se reveste da maior importância e a bancada do PSD vota favoravelmente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, obviamente queremos encaminhar voto favorável ao

projeto e cumprimentar e parabenizar toda essa articulação, em especial as centrais sindicais, os empresários, para chegar a esse acordo de votar esse projeto.

É verdade que o nosso trabalho precisa ser sempre no sentido de melhorar a renda dos trabalhadores, para que a economia continue crescendo, desenvolvendo e distribuindo renda. Esse será o nosso desafio daqui para frente.

Esta Casa também tem o compromisso de contribuir para a construção de uma política de recuperação do piso mínimo regional, para que não seja preciso fazer todo um debate a respeito, mas que haja patamares como há, por exemplo, no salário mínimo nacional, deputada Ana Paula Lima, que tem recuperação automática todo o ano. Este ano tivemos uma recuperação de 14,75% do salário mínimo nacional.

Entendemos que os 10%, em média, foram positivos, isso foi construído no acordo, e a nossa bancada é favorável ao projeto.

Também quero justificar, como líder, a ausência, neste momento, da deputada Luciane Carminatti, que estava com problemas de saúde e que por isso teve que ir ao hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim".

A matéria está aprovada.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Em nome do deputado Dado Cherem, nosso líder, em nome da bancada do PSDB, já havia feito o pronunciamento na tribuna antes, quero dizer que reputamos essa lei como uma das melhores dos últimos tempos, pois está no sentido daquilo que o PSDB defende: autonomia dos estados.

Parabéns e votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Nós temos também que votar o Projeto de Lei n.0030/2012.

Pergunto aos líderes se há possibilidade de votarmos.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0030/2012, de autoria governamental, que autoriza a desafetação e doação à união de trecho da rodovia entre Canoinhas e Porto União.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo deputados que o queiram discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, a importância de entregarmos à união o trecho de Canoinhas a Porto União é, sem dúvida alguma, relevante.

Queremos agradecer ao governador Raimundo Colombo pela pronta entrega dessa lei, para que todos os deputados a aprovem. É o nosso pedido, porque o planalto norte realmente precisa desse grande entendimento, para haver a federalização entre Canoinhas e Porto União.

Obrigado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de pedir a votação, em segundo turno, da lei do piso e também dizer que apóio a votação desse projeto que federaliza o trecho de Porto União a Canoinhas, que é um encaminhamento muito positivo, pois é uma reivindicação antiga da comunidade da região, um processo de mobilização muito forte, porque não havia sentido esse trajeto curto estar nas mãos do estado e o restante da BR nas mãos da união. Então, com certeza, está-se fazendo justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h36.

Está encerrada a sessão.